



Junho 2018

Ano 29

Nº 2

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139
Lisboa, Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa da DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E
DOS NEGÓCIOS

Neste 2º trimestre, analisa-se a mudança de época pela qual estamos a passar com a possibilidade real de uma guerra comercial com uns EUA cada vez mais imprevisíveis. Analisa-se a posição da Europa perante uma mudança paradigmática dos interesses Americanos e as crises neo-populistas que visam a sua fragmentação. Portugal encontra-se sem rumo ao não recusar-se debater um futuro interno (nacionalista) ou um futuro externo (integralista ou cosmopolita)

Neste número:

- *Uma Mudança de Época*
- *Perspectiva económica nacional e internacional*
- *Crescimento económico e desenvolvimento regional. Instrumentos e conceitos de Centros de Mar e Estações Náuticas*
- *A Estabilização do Sistema Financeiro em Portugal: um processo inacabado*

Páginas 4 a 5

Editorial

Páginas 6 a 13

O que fica

Uma Mudança de Época

O segundo trimestre de 2018 veio resolver as dúvidas que os acontecimentos dos primeiros três meses tinham deixado em aberto e confirmou que terminou uma longa época de ordem mundial estruturada para surgir uma outra, desconhecida, em que as propostas que pretendem retomar a normalidade anterior apenas aceleram e difundem os factores que alimentam a dinâmica da crise que se pretendia controlar e resolver.

Trump surge como um demagogo que vê que a destruição do que existe pode forçar os outros a terem de se referenciar às suas decisões. Assim a Europa encontra-se fora dos interesses Americanos e eventualmente vítima de uma aliança entre Trump e Putin para a fragmentar e desorganizar. Neste contexto torna-se indispensável a recusa do neo-populismo Europeu e a integração na União Europeia pois este só levará a uma neo-feudalização da Europa. Neste contexto, Portugal, que se encontra à margem destas crises, precisa de largar os debates de esquerda e direita para decidir entre o nacionalismo e o integracionismo, pois quer Portugal queira ou não, a crise virá na mesma.

Páginas 14 a 19

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

Nos finais da Primavera, as perspectivas da evolução económica internacional configuravam um contexto político-económico de elevada imprevisibilidade apontando para uma guerra comercial, pois caso os processos de retaliação às tarifas aduaneiras dos EUA se tornem equivalentes, está aberta uma caixa de Pandora, afectando o comércio internacional e, então, o crescimento.

Este tipo de guerra comercial fragmentaria fortemente a Europa e

esta vê-se perto de um “risco existencial” que tem o potencial de a destruir, mas esta crise oferece um risco positivo para Portugal se este se oferecer como espaço-refúgio, atraindo pessoas e capitais, o que contribuiria para amenizar dificuldades financeiras e propiciar melhores condições para a referida gestão de interdependências.

Páginas 20 a 23

Tema de Fundo

Instrumentos de crescimento económico e desenvolvimento regional: Centros de Mar e Estações Náuticas

Para afirmar-se estrategicamente, Portugal, precisa de valorizar os seus ativos endógenos, potenciando-os numa lógica de especialização e competitividade globais. É nesse quadro que o Turismo e o Mar são dois recursos estratégicos fundamentais para romper com este “lento adormecimento” e criar as condições para o crescimento desejável e necessário. Neste contexto a SaeR desenvolveu o conceito denominado “Centro de Mar” e louva a iniciativa desenvolvida no âmbito da associação Fórum Oceano e com o patrocínio político do Ministério do Mar, de lançamento e organização das denominadas Estações Náuticas. Estas promovem a inovação organizacional e a rede em constituição constitui um verdadeiro projeto configurante do desenvolvimento económico e social das regiões promotoras.

Páginas 24 a 28

Geopolítica e Prospetiva

A estabilização do Sistema Financeiro em Portugal: um processo inacabado

Em continuação da análise ao Sistema Financeiro em Portugal iniciada no relatório passado, existem agora fortes melhoramentos na estabilização e reestruturação deste setor, especialmente numa análise do ano 2017 nos quatro maiores bancos de Portugal. Mas o processo continua inacabado, pois o nível de crédito vencido permanece muito superior ao ideal. De facto, embora o problema do setor financeiro português tenha sido indiscutivelmente menor em comparação com os da Espanha e da Irlanda, Portugal escolheu adotar uma abordagem mais gradual que mantém o processo de reestruturação ainda incompleto.

Editorial

Os primeiros três meses do ano deixaram em aberto a evolução que se perspetivava, mas este segundo trimestre veio confirmar o fim da longa época de ordem mundial estruturada após a Segunda Guerra Mundial. Em seu lugar está a surgir uma outra, cujos contornos permanecem ainda em grande parte desconhecidos.

Neste processo, as propostas que pretendem retomar o que era a normalidade anterior têm como resultado, *a contrario*, a aceleração e difusão dos fatores que alimentam a dinâmica da crise que se pretendia controlar e resolver. Assim, por muito anómalos que pareçam os acontecimentos da conjuntura atual, de facto eles aparecem como normais e previsíveis na perspectiva da desagregação desse padrão de estabilidade.

Refletimos neste Relatório sobre uma mudança efetiva de época através da destruição, pelos EUA, da ordem mundial que eles mesmos criaram.

Arriscar a vitória de um demagogo para que este demonstre como as suas próprias políticas são impossíveis é um risco demasiado grande para a Europa, e esta continua numa forte divisão causada exactamente por estes populistas.



A nova política americana está a destruir a ordem mundial que os Estados Unidos construíram e comandavam, e nesta nova ordem emergente a Europa encontra-se fora dos interesses Americanos e vítima de uma aliança entre Trump e Putin para fragmentar e desorganizar a Europa.

Neste contexto, as perspetivas e ameaças de Trump de uma guerra comercial – nomeadamente com a China – configuram um contexto político-económico de elevada imprevisibilidade, pois caso os processos de retaliação às tarifas aduaneiras dos EUA se tornem equivalentes, estará aberta uma Caixa de Pandora, afetando o comércio internacional e, consequentemente, o crescimento numa escala global.

A verificar-se, este tipo de guerra comercial fragmentaria fortemente a Europa, perto de uma “tempestade perfeita” que tem o potencial de a destruir. Torna-se assim indispensável a recusa do neo-populismo e a confirmação do processo de integração na União Europeia, pois aquele só levará à sua neo-feudalização.

Com efeito, para evitar este cenário e resolver esta crise de demagogia, é essencial demonstrar que as propostas populistas não são possíveis e que nenhum destes protagonistas terá condições para realizar o que promete. O problema é que arriscar a vitória de um demagogo para que este demonstre como as suas próprias políticas são impossíveis é um risco demasiado grande (também porque estes têm o poder de mudar radicalmente de opinião para se manterem no poder).

Com estas crises externas a aproximarem-se, Portugal, por

Estas crises externas oferecem “riscos positivos” para Portugal, se este deixar de se perder em questões internas de esquerda ou direita.

Este novo rumo envolverá necessariamente uma nova valorização dos ativos endógenos nacionais, potenciando-os numa lógica de especialização e competitividade globais, nomeadamente nos setores do Turismo e do Mar.



enquanto à margem destas crises populistas, precisa de largar os debates inconsequentes de esquerda e direita para se preparar para o embate, e iniciar o debate que terá que ser feito também aqui entre o nacionalismo e o integracionismo, evitando ter de ‘navegar à vista’ – sobretudo se o fizer demasiado tarde, quando já não houver espaço de decisão. Navegar à vista é sempre muito perigoso.

É de notar que a potencialidade de uma guerra comercial externa oferece curiosamente um “risco positivo” para Portugal, se este se oferecer como espaço-refúgio, atraindo pessoas e capitais, o que contribuiria para amenizar dificuldades financeiras e propiciar melhores condições para uma necessária gestão de interdependências.

A capacidade de atração destes fatores exige que Portugal seja capaz de valorizar os seus ativos endógenos, potenciando-os numa lógica de especialização e competitividade globais.

É nesse quadro que, como temos vindo a afirmar ao longo da última década, o Turismo e o Mar são dois recursos estratégicos fundamentais para romper com este “lento adormecimento” e criar as condições para o crescimento desejável e necessário.

Foi com neste contexto de busca de instrumentos de valorização endógena para reforço da atratividade externa de Portugal que a SaeR desenvolveu o conceito denominado “Centro de Mar”, e vem neste sentido também a iniciativa desenvolvida no âmbito da associação Fórum Oceano e com o patrocínio político do Ministério do Mar, de lançamento e organização das denominadas Estações Náuticas, que louvamos. Estas iniciativas promovem a inovação organizacional e a rede em criação constituem verdadeiros projetos configurantes do desenvolvimento económico e social das respetivas regiões promotoras.

Por fim, continuamos a acompanhar a evolução do Sistema Financeiro em Portugal. Existem agora fortes melhoramentos na estabilização e reestruturação deste setor, especialmente numa análise do ano 2017 nos quatro maiores bancos de Portugal, mas o processo continua inacabado pois o nível de crédito vencido ainda está muito superior ao ideal. De facto, embora o problema do setor financeiro Português tenha sido indiscutivelmente menor em comparação com os da Espanha e da Irlanda, Portugal escolheu adotar uma abordagem mais gradual que deixa o processo de reestruturação ainda incompleto.

A todos, boas leituras!

Uma Mudança de Época

O segundo trimestre de 2018 veio resolver as dúvidas que os acontecimentos dos primeiros meses deste ano tinham deixado em aberto, ainda que já então não fossem elevadas as expectativas de que o pior não viesse a confirmar-se. Mas se agora já há a evidência de que terminou uma longa época de ordem mundial estruturada, isso não merece ser classificado como uma surpresa, como algo que não pudesse ter sido previsto. Há já uma década, desde a crise financeira de 2008, que são visíveis os factores que tinham a potencialidade de conduzir ao colapso do padrão de ordem mundial

Por muito anómalos que pareçam os acontecimentos da conjuntura actual, eles só são anómalos na perspectiva do que era o padrão de estabilidade existente no passado, mas aparecem como normais e previsíveis na perspectiva da desagregação desse padrão de estabilidade.

Porém, não é só a ordem mundial que entrou na fase de turbulência que caracteriza os períodos de descontinuidade entre padrões de estabilidade, quando um se desagrega e o próximo ainda nem sequer está em formação.

Também as ordens internas, em cada um dos Estados e das sociedades que configuraram o sistema mundial, estão em mudança radical, alterando a composição dos sistemas partidários e as relações tradicionais entre as posições dos partidos e as preferências dos eleitorados. E não se poderá analisar a mudança que aparece no plano mundial sem considerar o que estão a ser as mudanças que ocorrem no plano das configurações políticas, económicas e sociais nacionais, porque as alterações num plano estão necessariamente relacionadas com as alterações no outro plano.

Neste sentido, por muito anómalos que pareçam os acontecimentos da conjuntura actual (e um trimestre é um período muito curto), eles só são anómalos na perspectiva do que era o padrão de estabilidade existente no passado, mas aparecem como normais e previsíveis na perspectiva da desagregação desse padrão de estabilidade.

O que caracteriza uma mudança de época é o facto de os factores de estabilidade (os dispositivos que permitem recuperar uma trajectória de equilíbrio quando esta é distorcida ou desviada pelos acontecimentos) deixarem de estar referenciados aos padrões de equilíbrio do passado (que se conhecem, mas já não correspondem ao campo de possibilidades que está a ser gerado no presente), devendo passar a referenciar-se ao que irão ser os campos de



possibilidade do futuro (que não se conhecem, mas que têm de ser projectados para um percurso que ainda não pode ter mapa).

A mudança de época é uma mudança de configuração, no sentido em que uma configuração (uma visão da ordem mundial e um modelo de organização das sociedades) gera o seu próprio campo de possibilidades e de expectativas.

Quando há uma mudança de época, as propostas que pretendem retomar a normalidade anterior apenas aceleram e difundem os factores que alimentam a dinâmica da crise que se pretendia controlar e resolver.

Quando há uma mudança de época, as propostas que pretendem retomar a normalidade anterior apenas aceleram e difundem os factores que alimentam a dinâmica da crise que se pretendia controlar e resolver. Os indicadores mais seguros e, por isso, mais importantes, para identificar o conteúdo e o sentido da mudança de época são os que se encontram quando se analisam deficiências dos dispositivos que deveriam ter recuperado a trajectória de equilíbrio quando esta foi perturbada pelo choque de uma crise.



Os indicadores mais seguros e, por isso, mais importantes, para identificar o conteúdo e o sentido da mudança de época são os que se encontram quando se analisam deficiências dos dispositivos que deveriam ter recuperado a trajectória de equilíbrio quando esta foi perturbada pelo choque de uma crise.

O caso mais distante de mudança de época com relevância para a crise actual é o que resultou da Segunda Guerra Mundial, onde a alteração fundamental foi o estabelecimento da configuração dualizada dos dois blocos, o liberal com centro nos Estados Unidos e o comunista com centro na União Soviética. Mas a alteração complementar desta, sem a qual aquela alteração fundamental não poderia ter acontecido, foi o fim dos impérios europeus, o que teve como consequência o desaparecimento da rede de controlos regionais que esses impérios asseguravam.

O programa da integração europeia, concebido para criar as condições para que não houvesse novamente guerras entre Estados europeus (sem impérios, os Estados europeus não têm conflitos de interesses nem escala para combaterem entre si), permitiu, na verdade, criar uma escala comum que possibilitasse à Europa ter um papel estratégico relevante no novo sistema mundial, que passou a estar estruturado na bipolaridade dos Estados Unidos e da União Soviética.

Na década de 70, a organização do cartel de produtores de petróleo na OPEP, veio revelar a possibilidade de organização de agentes económicos com capacidade para produzirem iniciativas estratégicas de alcance mundial quando podem provocar uma crise de oferta e uma crise de preços em produtos vitais para a economia mundial. Mas o que produziu uma mudança de configuração no sistema de relações internacionais foi a necessidade de conceber e instalar dispositivos de reciclagem de capitais que permitissem repor em circulação na economia mundial o excesso de reservas que estavam a ser acumuladas pelos países produtores quando

impuseram o aumento do preço – criando assim novos canais de movimentos de capitais que vão ser essenciais para se poder amplificar os fluxos de capitais dos processos de globalização.

A eficiência desses dispositivos financeiros de reciclagem de capitais funcionou como dissuasora de novas tentativas de cartelização do mesmo tipo, mas um novo tipo de risco nos mercados financeiros: ao aumentarem o volume de capitais em circulação, contribuíram para tornar futuras crises financeiras mais intensas do que quando os mercados financeiros tinham uma escala nacional, eram diferenciados pelos câmbios das modas nacionais e condicionados pelos saldos das balanças de pagamentos.

O fim da Guerra Fria terminou com os efeitos na Europa da Segunda Guerra Mundial e esta deveria ter sido acompanhado da passagem da configuração nacional para a configuração pós-nacional, através da constituição de órgãos de poder na escala da União Europeia. Mas não foi isso o que aconteceu, as unidades nacionais recriaram as suas memórias nacionalistas anteriores à Segunda Guerra Mundial, como se esta não tivesse acontecido ou como se não tivesse alterado nada de essencial na Europa.



No início da década de 90, com a desagregação da União Soviética, terminou a configuração de ordem mundial bipolar, o que colocou à Europa um desafio estratégico essencial: deixando de ser o espaço entre dois blocos, ameaçado por um e protegido por outro, teria de encontrar a sua própria identidade estratégica autónoma ou resignar-se a ficar subordinada ao único centro hegemónico existente, sem possibilidade de recuperar poder e autonomia, muito menos de reconstituir as suas anteriores redes imperiais. Foi o período em que se revelou a necessidade da passagem da comunidade (como agregação de Estados com acordos de cooperação) para a união (como integração de Estados através de instituições comuns com poder de decisão), das moedas nacionais para a moeda comum, das políticas nacionais para as políticas comuns, das soberanias nacionais para a soberania comum justificada como a plataforma política da convergência, onde cada um dos participantes obteria mais do que poderia conseguir mantendo-se isolado.

O fim da União Soviética e a reunificação da Alemanha terminaram com os efeitos na Europa da Segunda Guerra Mundial e isso deveria ter sido acompanhado da passagem da configuração nacional para a configuração pós-nacional, através da constituição de órgãos de poder na escala da União Europeia – que é o único império possível na Europa depois da destruição dos impérios europeus após a guerra de 1939-1945. Mas não foi isso o que aconteceu: as unidades nacionais recriaram as suas memórias nacionalistas anteriores à Segunda Guerra Mundial, como se esta não tivesse acontecido ou como se, tendo acontecido, não tivesse alterado nada de essencial na Europa.

A verdade é que o fim dos impérios europeus mudou o sistema de relações internacionais de tal modo que não seria possível voltar à configuração anterior.

Mais importante, porém, foi o efeito desta mudança nos Estados nacionais europeus, que ficaram confrontados com a questão da sua escala reduzida depois de terem perdido as suas redes de expansão e de domínio imperiais.

A formação da União Europeia, complementada com a liberdade dos fluxos económicos da globalização, seria uma resposta estratégica para a questão da escala, mas não resolvia a questão da articulação da dimensão nacional e das políticas domésticas (de que depende a legitimação do poder político nacional) com a dimensão da integração e da gestão das políticas comuns.

A memória do passado (a que não se poderia voltar) confrontava-se com o projecto do futuro (que teria de ser conduzido com uma efectiva convergência de vontades estratégicas para poder ser concretizado e desenvolvido nas suas potencialidades).

A memória do passado (a que não se poderia voltar) confrontava-se com o projecto do futuro (que teria de ser conduzido com uma efectiva convergência de vontades estratégicas para poder ser concretizado e desenvolvido nas suas potencialidades).



A interpretação adequada do que gerou essa crise e do que foram as suas consequências ainda está em disputa, porque o ângulo de observação escolhido determina o que se vê e o que se comenta, mas também porque o que se selecciona para se observar e comentar vai ser depois usado para fundamentar discursos políticos e consequências estratégicas muito diferentes.

Não se deve esperar que desta diversidade de perspectivas e de interesses venha a resultar um consenso estável. Mas é dessa disputa entre análises sobre o que provocou a crise de 2008 e sobre o que são as indicações a retirar desse processo que depende o que vai ser a estabilidade e o sentido da evolução a partir do presente (e, em especial, é dessa disputa que depende a interpretação dos acontecimentos que aparecem neste segundo trimestre de 2008 e que podem ser apresentados como clarificadores de debates que duram há uma década).

A análise da crise que se inicia em 2008 pode ser enquadrada por duas crises de tipo idêntico que se manifestaram na década de 1890 e na passagem da década de 1920 para a de 1930, ambas centradas no factor de rigidez criado pela disciplina do padrão-ouro, o que encontra agora um equivalente na rigidez de padrão-euro e das cláusulas do tratado de Maastricht. Nestes três casos, a origem das crises está na formação de desequilíbrios nos orçamentos dos Estados e nas balanças comerciais, gerando endividamento excessivo, a que se seguem propostas de renegociação das dívidas

públicas e situações de incumprimento ou bancarrota, até que a necessidade de corrigir esses desvios provoca a recessão das economias, o aumento do desemprego e dinâmicas de instabilidade social.

Em 1896, o candidato presidencial William Jennings Bryan, do Partido Democrático, estabelece a primeira plataforma populista na política americana, retomando as propostas do antigo Partido do Povo (que se opunha à construção de linhas ferroviárias e à instalação de bancos nas zonas rurais, em defesa dos agricultores que se endividavam quando os preços agrícolas desciam), e atacando as elites cosmopolitas e os meios financeiros internacionais. Perdeu essa eleição, mas as propostas populistas de rejeição das elites reapareceram sempre que uma crise financeira podia ser utilizada com objectivos eleitorais com a mobilização dos grupos sociais mais atingidos. Foi o que voltou a acontecer na década de 1920, na Europa, quando as propostas populistas se organizaram nas formas do fascismo e do nazismo, a pretexto da crise financeira que atinge a sua maior intensidade a partir de 1929 (mas que já tinham tido uma manifestação percursora na Polónia em 1926 com o golpe militar de Pilsudski e na Roménia com as propostas do corporativismo).

São idênticos os processos e as motivações que se encontram na Europa e nos Estados Unidos depois da crise de 2008.

Mas o seu desenvolvimento e a sua longa duração resultam da recusa em diagnosticar a sua origem e corrigir os factores de desequilíbrio – e é nessa recusa que se abre o caminho para os movimentos populistas ao mesmo tempo que se promovem os demagogos nacionalistas.



São idênticos os processos e as motivações que se encontram na Europa e nos Estados Unidos depois da crise de 2008. A sua origem está na acumulação de desequilíbrios internos nos orçamentos de Estado e nas balanças de pagamentos, amplificados pelo potencial de aceleração que é oferecido por sistemas financeiros globalizados, que intensificam a instabilidade dos mercados financeiros. Mas o seu desenvolvimento e a sua longa duração resultam da recusa em diagnosticar a sua origem e corrigir os factores de desequilíbrio – e é nessa recusa que se abre o caminho para os movimentos populistas, com a rejeição das elites políticas e financeiras, ao mesmo tempo que se promovem os demagogos nacionalistas que aparecem a propor programas de retorno ao passado – que é justamente o que já não existe.

Como nas duas crises anteriores, também nesta terceira crise a sua resolução só se obtém com a demonstração de que nenhuma destas propostas populistas é possível e que nenhum destes protagonistas terá condições para realizar o que promete – mas até se chegar a essa demonstração de que a política é a arte do possível, será elevado o potencial de destruição.

A NOVA POLÍTICA AMERICANA

Donald Trump é um político americano anómalo (como Bryan também era no fim do século XIX) porque não tem passado partidário (inscreveu-se e financiou os dois partidos americanos) nem pensamento político, mas soube explorar uma clássica oportunidade demagógica: se destruir o que existe, não precisa de ter uma fidelidade partidária nem um pensamento político, basta-lhe explorar os factos consumados que vai produzindo para forçar os outros a terem de se referenciar ao que ele decide: a imprevisibilidade do político anómalo (ou do tirano) é a fonte da sua força e, se tiver tempo, pode aspirar a transformar essa imprevisibilidade em autoridade.

Quando um protagonista deste tipo chega ao poder num pequeno Estado, a curiosidade analítica será determinar quanto tempo vai ser preciso para demonstrar a sua impossibilidade. Mas quando esta anomalia acontece no Estado que é o centro da hegemonia mundial, que há sete décadas tem o papel principal na configuração do padrão de ordem mundial e que é inspirador e parte activa do seu sistema de instituições que regula e garante essa ordem mundial, é essa imprevisibilidade do presidente dos Estados Unidos que transforma os seus desejos (que nem sequer chegam a ser uma política) numa impossibilidade.

A Trilateral original (EUA, Europa, Japão) é agora substituída por uma Trilateral instável (EUA, Rússia, China), que resulta de uma aliança objectiva entre os Estados Unidos (de Trump) e a Rússia (de Putin) para fragmentarem e desorganizarem a Europa.



A nova política americana está a transformar o que até aqui era a política oficial americana – e o que está a fazer, em nome do nacionalismo americano, é desmantelar o que até agora era apresentado como o sistema de interesses americanos, a que o resto do mundo tinha de se adaptar ou de se sujeitar.

A Trilateral original (Estados Unidos, Europa, Japão) é agora substituída por uma Trilateral instável (Estados Unidos, Rússia, China), que resulta de uma aliança objectiva entre os Estados Unidos (de Trump) e a Rússia (de Putin) para fragmentarem e desorganizarem a Europa, promovendo as formações políticas populistas em vários Estados europeus, interferindo nos seus processos eleitorais e desmantelando as instituições e os programas da integração europeia – e tudo isso em coabitação estratégica com Putin, porque ambos utilizam o mesmo tipo de procedimentos. É para consolidar esta nova aliança da América com a Rússia que Trump oferece a destruição do que a América tinha, à espera que os seus novos aliados lhe ofereçam mais do que a América tinha.

A nova política americana está a destruir a ordem mundial que os Estados Unidos construíram e comandavam. Esta é a melhor

descrição dos tempos de incerteza extrema que caracterizam a descontinuidade que se revela no presente.

O NEO-POPULISMO EUROPEU

Os partidos neo-populistas europeus, herdando as tradições dos populismos primitivos e dos nacionalismos, do nazismo e do fascismo, foram estimulados e têm sido financiados por Moscovo, como antes tinha sido a União Soviética que finanziava dos partidos comunistas na Europa e no mundo. Esta é uma ironia dos tempos de descontinuidade, quando nada é como parecia dever ser, os russos financiam agora o que os soviéticos se recusariam a fazer, mas ambos prosseguindo o mesmo objectivo que é fragmentar a Europa a cortar a sua relação com os Estados Unidos – mas este é também, agora, o objectivo dos Estados Unidos, o que os russos de Putin nunca teriam imaginado que fosse possível.

Esta não é, porém, a única ironia destes tempos paradoxais da descontinuidade. Também os objetivos nacionalistas dos neo-populistas europeus, do separatismo britânico do Brexit ao separatismo independentista da Catalunha, são objectivos perversos, que se anulam no preciso momento em que forem concretizados quando os Estados Unidos e a Rússia estão objectivamente aliados para conseguirem a fragmentação da Europa e o desmantelamento da União Europeia.

Muito mais do que no passado, é neste contexto estratégico que a União Europeia aparece como a condição indispensável para que os Estados europeus

tenham autonomia e relevância nas relações de poder no sistema mundial.

Sem instituições de escala europeia, o neo-populismo apenas pode produzir a neo-feudalização da Europa.



Muito mais do que no passado, é neste contexto estratégico que a União Europeia aparece como a condição indispensável para que os Estados europeus tenham autonomia e relevância nas relações de poder no sistema mundial. Sem instituições de escala europeia, o neo-populismo apenas pode produzir a neo-feudalização da Europa.

Os novos nacionalismos na Europa (como nos Estados Unidos) apresentam-se como a barreira que pode responder às pressões da imigração, ignorando que é a vulnerabilidade demográfica da população branca que gera a atracção migratória, a que só se poderá responder com políticas comuns a todo o espaço europeu, apoiadas por dispositivos com poder suficiente para impor a expulsão e a devolução às regiões de origem de todos os imigrantes que estiverem em situação ilegal.

Nenhum Estado nacional europeu terá este tipo de poder, pelo que a impotência do neo-populismo nacionalista será um incentivo à imigração ilegal – o facto consumado da desigualdade das vitalidades demográficas.

O TEMPO DE ESPERA EM PORTUGAL

Neste período marcado pela descontinuidade com a destruição do padrão de ordem mundial até há pouco estabelecido, a política portuguesa evolui à margem destes acontecimentos e das tendências que eles revelam e anunciam.

Não serve de nada ignorar, porque o que não se vê nem por isso deixa de existir – por baixo do imaginário do desejo ou da vontade e do simbólico das instituições e das normas está o real, que é aquilo que resiste ao imaginário e ao simbólico, que é aquilo que é possível e que deveria ser sempre do domínio da política.

Os debates entre esquerda e direita ou mesmo entre distribuição e competição têm pouco valor em comparação com os debates entre o interior (nacionalista e protecionista) e o exterior (integracionista e globalista), sobretudo quando é do exterior que vão surgir as grandes mudanças que alteram os referenciais tradicionais.

O tempo de espera tem o risco de se revelar o tempo da surpresa, quando surgem as fatalidades que se apresentam como golpes do destino quando, de facto, são apenas o efeito real da imprudência.

«...o que não se vê nem por isso deixa de existir – por baixo do imaginário do desejo ou da vontade e do simbólico das instituições e das normas está o real (...) aquilo que é possível e que deveria ser sempre do domínio da política»

Perspetiva Económica

PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Nos finais da Primavera, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um contexto político-económico de elevada imprevisibilidade apontando para uma guerra comercial.

Nos finais da Primavera, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um contexto político-económico de elevada imprevisibilidade apontando para uma guerra comercial, ainda que num contexto macroeconómico que continuava a apresentar uma evolução favorável contemplando uma recuperação disseminada, sincronizada e a um ritmo similar ao do passado.



Dado o elevado grau de imprevisibilidade revelado pelo Presidente Trump, os contornos da referida guerra, a intensidade e a amplitude dos processos de retaliação ou se os mesmos não correspondiam a processos negociais intimidatórios (não “tradicionais” na diplomacia político-económica internacional) constituíam verdadeiras incógnitas.

Este rumo antevia-se ainda num contexto macroeconómico que continuava a apresentar uma evolução favorável contemplando uma recuperação disseminada, sincronizada e a um ritmo similar ao do passado.

De facto, as perspetivas económicas internacionais – embora salientando o risco de uma guerra comercial como séria perturbação – apresentam uma evolução favorável com um crescimento global perto dos 4%. Por exemplo, a OCDE, no final de Maio, avançava taxas de crescimento global de 3,8 % em 2018 e de 3,9 % em 2019 (vs. 3,7% em 2017).

Já o Banco Mundial, em inícios de Junho, admitia em ligeira desaceleração em 2019 vs. 2018 dado que, nomeadamente, dois factores deveriam gerar essa desaceleração: o apertar das condições financeiras, em particular a subida das taxas de juro do dólar e o aumento do preço da energia (que era suposto estabilizar mas permanecia mais elevado do que no passado recente). No entanto, o Banco Mundial era bem explícito ao afirmar que uma escalada de tarifas num contexto de guerra comercial poderia reconduzir o comércio mundial a níveis da crise de 2008.

O panorama energético confirmava esta evolução apontando para um maior crescimento anual da procura de petróleo. Esta evolução vem permitindo que a variante WIT já se situasse a meio da casa dos 60\$US e a variante Brent a meio da casa dos 70\$US.

Este crescimento dos preços do petróleo reflectia, além da procura resultante do crescimento mundial, fatores de ordem geopolítica, como a denúncia unilateral do acordo nuclear com o Irão por parte dos EUA e subsequentemente imposição de sanções que conduzem

a uma redução da respectiva oferta petrolífera assim como a decrescente produção venezuelana.

No entanto, não tinham desaparecido os sinais de que os preços do petróleo tivessem condições para serem sustentadamente superiores a estas ordens de grandeza.

O acordo entre a OPEP e a Rússia (de Novembro de 2016) de corte na produção foi prolongado até ao final de 2018 e tem vindo a ser respeitado, e a recuperação da produção *shale*/não convencional norte-americana, rentável para níveis de preços superiores a cerca de 50-55US\$, era (tal como esperado) evidente.

Os EUA deverão tornar-se o maior produtor mundial de petróleo ainda este ano. Face a este facto e às quebras iraniana e venezuelana, já se admitia um aumento das quotas de produção da OPEP-Rússia para travar a produção norte-americana. Contudo, sobre estas perspectivas configuram-se riscos e incertezas sendo o mais relevante o grau da guerra comercial, antes referido.

A cimeira do G-7 de 8/9 de Junho deveria ter constituído o momento para se ter encontrado um consenso/compromisso quanto ao respeito do livre comércio, das suas regras e não imposição de tarifas e entraves. Atente-se que o Presidente Trump tinha imposto tarifas aduaneiras, a partir de 1 de Junho, às importações de alumínio (10%) e de aço (25%), afectando nomeadamente, o Canadá e o México – dois vizinhos e importantes parceiros comerciais, quando decorria a renegociação do NAFTA (“North American Free Trade Agreement”) – e a UE (que tentou isentar-se).

A imposição visa tentar “recalibrar” o relacionamento comercial norte-americano, assegurando (na visão de Trump) trabalho para os americanos (os votantes) e não para os imigrantes ou trabalhadores estrangeiros, cumprindo, assim, uma das promessas eleitorais de Trump, a “America First” (consistente com uma visão “nacionalista” oposta à visão “globalista” que vinha do passado).

É de considerar que os processos negociais decorriam já no contexto da imposição norte-americana de tarifas, invocando “questões de segurança nacional”, num quadro de relacionamento entre aliados. Poucos minutos depois de ser divulgado um comunicado (conjunto) da reunião do G-7, e em pleno voo para Singapura, o Presidente Trump, via “twitter”, “retirava” os EUA do comunicado, atacava insultuosamente o Presidente canadiano e ameaçava impor mais tarifas, agora ao sector automóvel. Com este gesto, o Presidente como que declarava formalmente guerra comercial aos seus aliados e criava um contexto de relacionamento “desconhecido” (“terra

*Caso os processos de
retaliação às tarifas
aduaneiras dos USA se tornem
equivalentes abre-se uma
caixa de Pandora, afectando o
comércio internacional e,
consequentemente, o
crescimento.*



incognita") entre os EUA/Presidente e os seus aliados nos mais diversos domínios.

A imprevisibilidade passou a ser a "norma" e não uma ocorrência de meros casos avulsos.

Naturalmente, os aliados (e não só, como no caso da China) têm necessariamente de retaliar (quer em termos políticos, quer em termos de processos de negociação).

Em termos "racionais" estes eventos constituem um "nonsense". Só num contexto de decisões/eleitorados baseados fortemente em imagens/emoções é que a actuação de Trump (e de outros nacionalistas/populistas) faz sentido.



Caso os processos de retaliação se tornem equivalentes (*tit-for-tat*) está aberta uma Caixa de Pandora, afectando o comércio internacional e, consequentemente, o crescimento (como bem explicitou, entre outros, o próprio Banco Mundial, atrás referido). Cumulativamente, os preços encarecerão nos EUA, criando tensões inflacionistas e obrigando a mais e maiores aumentos das taxas de juro.

Entretanto, o Presidente Trump conseguiu aparentemente, horas/dias depois da cimeira do G-7, um sucesso com o "acordo" com o Presidente norte-coreano, seu adversário/inimigo até há pouco tempo. Este prometeu a "desnuclearização" da Coreia do Norte, ficando os detalhes para o processo negocial a iniciar.

O Presidente norte-coreano conseguiu as fotos de estadista e a negociação directa com o Presidente da (ainda) principal potência político-militar e económica mundial. Trump prometeu inclusive (sem consulta prévia aos seus aliados asiáticos e aos seus próprios militares) o fim das manobras militares anuais conjuntas de defesa ("war games") nas águas coreanas. Em termos "racionais" estes eventos constituem um "nonsense". Num contexto de decisões/eleitorados baseados fortemente em imagens/emoções a actuação de Trump (e de outros nacionalistas/populistas) faz sentido.

As próximas eleições (intercalares) nos EUA, em 6 de Novembro, irão decidir se Trump assegura as condições para prosseguir a "disrupção" (parcial/total do "Império do Ocidente", incluindo a UE?) ou se pode ser travado por um Congresso renovado. Hipoteticamente poder-se-á admitir ainda que, em última instância, o complexo industrial/militar e *intelligence/financeiro* norte-americano (i.e., o "*Deep State*") venha a encontrar uma fórmula de travar para a sua própria sobrevivência.

Entretanto, a evolução da economia norte-americana tem vindo a revelar-se favorável, com o crescimento a subir a uma taxa sólida – o qual deverá atingir os 2,8 % em 2018 (contra 2,3% em 2017) –, a taxa de desemprego a cair – para um nível de 3,6% no final do ano

Se houver um arrefecimento visível da economia da zona euro na sequência da retracção do comércio mundial, as tensões quanto ao euro, quanto às dívidas soberanas e quanto ao tipo de resposta em termos de política orçamental que deve ou poderá ser adoptada criarão pressões divisionistas no seio da zona euro.



contra os 3,8% de Maio (o nível mais baixo desde abril de 2000) – e a inflação a alcançar os 2% no final do ano. Esta era a avaliação do FED em meados de Junho quando decidiu mais um aumento de 25 p.p. nas taxas de juro do dólar (o segundo aumento neste ano), no quadro da normalização da política monetária e justificada pela evolução económica referida. Sinalizou também mais dois aumentos ainda este ano e mais três em 2019.

Naturalmente, o aumento das taxas de juro do dólar corresponde a um encarecimento das condições de financiamento da economia internacional e um estímulo para a apreciação do dólar.

Na zona euro, o BCE anunciou, um dia depois do FED, alterações da política monetária que se conjugam com as norte-americanas.

Atendendo à evolução económica (embora não tão favorável como a dos EUA) e aos progressos no sentido de um ajustamento sustentado da inflação o BCE anunciou a redução para metade do *quantitative easing* (QE) (15 €bn) a partir de Setembro e a acabar no final do ano (sob reserva de os dados futuros virem a confirmar as expectativas actuais) bem como a possibilidade de as taxas de juro directoras poderem ser alteradas após o verão de 2019 (caso a evolução da inflação o permita).

Há uma parte do QE que ainda se manterá e que respeita ao reinvestimento dos pagamentos de capital dos títulos vincendos adquiridos durante um período prolongado. Reviu em baixa (três décimas) o crescimento do PIB real anual de 2018 que deverá ser de 2,1% e manteve os 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020. A taxa de desemprego situava-se nos 8,5% em Abril (vs 9,2% em 2017), o nível mais baixo desde Dezembro de 2008.

Naturalmente, sobre estas perspectivas pendem os riscos e incertezas sobre a evolução global bem como os próprios da UE/zona euro. Quanto aos primeiros, o que ressalta é o grau da guerra comercial. Esta poderá atingir o sector automóvel, o que penalizará fortemente a economia europeia, a da zona euro e, em particular, a economia alemã.

O processo de retaliações contra os EUA é, em si mesmo, divisionista da UE.

Haverá Estados membros mais próximos de Trump que tentarão moderar o grau de retaliação. Por outro lado, se houver um arrefecimento visível da economia da zona euro na sequência da retracção do comércio mundial, as tensões quanto ao euro, quanto às dívidas soberanas e quanto ao tipo de resposta em termos de política orçamental que deve ou poderá ser adoptada criarão pressões divisionistas no seio da zona euro.

Porventura, e mesmo antes do *dossier* ‘guerra comercial’ atingir intensidade, a questão migratória deverá constituir um teste decisivo quer a nível da UE, quer a nível individual, no seio de Estados membros. Afecta também a Alemanha (a coligação governamental poderá colapsar) e não é de excluir que o panorama político europeu se complique ao ponto de as posições eurocépticas e anti-imigratórias virem a ganhar uma posição maioritária nas próximas eleições para o parlamento europeu em 2019.

Uma eventual “mistura” de um contexto de guerra comercial (dividindo a UE) com as questões imigratórias constituirá um risco existencial para a UE/zona euro.

PERSPECTIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, revela-se, neste contexto internacional e europeu, crescentemente desfavorável devendo vir a interferir significativa e negativamente com a evolução político-económica.

Contudo, há o risco positivo de Portugal poder constituir um espaço-refúgio, atraindo

pessoas e capitais.

Tal contribuiria, entre outros, para amenizar dificuldades financeiras e propiciar

melhores condições para a referida gestão de interdependências.

Importaria, portanto, não delapidar essa característica.



Em termos estritamente macroeconómicos, há uma revisão em baixa das perspectivas económicas da zona euro e o gradual esgotamento do QE por parte do BCE (além do encarecimento do petróleo).

Só por si, estes factos sugeririam que a taxa de crescimento da economia portuguesa rondaria (mais/menos décima), em 2018, os 2%, sem facilidade de cumprir os compromissos de finanças públicas definidos com Bruxelas. Mas a guerra comercial está no terreno e poderá vir a afectar também o sector automóvel europeu, o que significa o sector automóvel português. Por outro lado, a guerra comercial, como antes referido, é divisionista quer no quadro do relacionamento transatlântico quer no seio do quadro da UE. A agravar este contexto, emergem as questões migratórias que, entre outros, são divisionistas, eurocépticas e comprometem o encontro de compromissos e a tomada de decisões, quer no eixo Paris-Berlim, quer em Bruxelas.

Sem aflorar outras questões como o Brexit e o próximo orçamento europeu, estas questões são suficientes para “adjectivar” como “tempestade perfeita” ou de “risco existencial” as condições político-económicas europeias que se poderão vir a configurar no horizonte.

Tentar consciencializar os agentes político-sociais e os cidadãos em geral, em períodos eleitorais, de que o “tempo virou” e de que as

legítimas expectativas não podem ser satisfeitas e, inclusive, de que poderá haver o risco/necessidade de nova austeridade vai ser difícil. Só para exemplificar o quadro potencial, um agravamento das condições de financiamento da economia reflexo da instabilidade político-económica europeia corresponde a um forte agravamento das despesas públicas e a custos acrescidos de financiamento para as empresas e particulares (por causa da subida de juros).

“Navegar à vista” e gerir as interdependências configura-se, assim, o rumo possível para a governação. Contudo, há o risco positivo de Portugal poder constituir um espaço-refúgio, atraindo pessoas e capitais.

Tal contribuiria, entre outros, para amenizar dificuldades financeiras e propiciar melhores condições para a referida gestão de interdependências. Importaria, portanto, não delapidar essa característica.

Oxalá esta “leitura” das perspectivas internacionais e europeias – e consequentes reflexos em Portugal – esteja errada ou peche por “pessimismo”.

«“Navegar à vista” e gerir as interdependências configura-se, assim, o rumo possível para a governação. Contudo, há o risco positivo de Portugal poder constituir um espaço-refúgio, atraindo pessoas e capitais.

Tal contribuiria, entre outros, para amenizar dificuldades financeiras e propiciar melhores condições para a referida gestão de interdependências. Importaria, portanto, não delapidar essa característica.»

Instrumentos e conceitos de crescimento económico e desenvolvimento regional: Centros de Mar e Estações Náuticas

NÃO ESTAMOS CONDENADOS A UM CRESCIMENTO ECONÓMICO FRACO

“**O**crescimento da economia portuguesa é lento e insuficiente até para satisfazer o compromisso da dívida”. Esta é uma afirmação recorrente nos especialistas e líderes económicos e políticos nacionais.

Portugal tem, de facto, já há décadas, e mesmo antes da grande crise iniciada em 2008, um grave problema de crescimento e, consequentemente, de convergência com os seus parceiros europeus e no quadro das relações internacionais. Esta trajetória tem sido corrigida recentemente, mas está aquém do que é possível e desejável por todos. “A economia é instrumental; o objetivo maior é Portugal” diria Ernâni Lopes. De facto, não há países ou regiões fortes e que se queiram afirmar geopoliticamente, sem uma economia forte. Mas está Portugal condenado a esse crescimento fraco?

A afirmação estratégica de um país passa necessariamente pela valorização dos seus ativos endógenos, materiais ou imateriais, organizando-os e potenciando-os numa lógica de especialização e competitividade globais. É nesse quadro que o Turismo e o Mar são dois recursos estratégicos fundamentais para romper com este “lento adormecimento” e criar as condições para o crescimento desejável e necessário.



No novo quadro de globalização competitiva, mais que os países, são as regiões que competem umas com as outras. É cada vez mais do desenvolvimento e riqueza criados nas regiões que surge o desenvolvimento e a riqueza criado num país. E Portugal, na sua dimensão, não é diferente.

Por outro lado, a afirmação estratégica de um país ou de uma região, passa necessariamente pela valorização dos seus ativos endógenos, materiais ou imateriais, organizando-os e potenciando-os numa lógica de especialização e competitividade globais.

É nesse quadro que o Turismo e o Mar são dois recursos estratégicos fundamentais para romper com este “lento adormecimento” e criar as condições para o crescimento desejável e necessário. São dois setores da atividade económica com forte capacidade de atração e procura externas, um potencial elevado de crescimento na economia global e onde Portugal tem as condições competitivas para se afirmar de forma rápida (com taxas elevadas de crescimento, muito superiores às atuais; vejam-se os casos recentes das atividades turísticas e das atividades ligadas à

economia do mar) e sustentável.

Assim, não estamos condenados, mas é preciso escolher as estratégias certas nos setores certos, onde se notam maior atratividade externa (para exportação) e onde existem maiores condições competitivas (também no quadro global) e identificar os produtos e ações específicas para concretizar esse potencial. Há outros setores que já o demonstraram (desportos náuticos, portos, turismo local, por exemplo).

O CONCEITO DE CENTRO DE MAR

Foi neste contexto e neste sentido de aproveitar o potencial endógeno nacional, que a SaeR desenvolveu o conceito denominado “Centro de Mar”, o qual constitui um instrumento operacional relevante para a afirmação do Turismo e da Economia do Mar em Portugal, aproveitando as condições naturais e humanas disponíveis em cada região, o elevado potencial de crescimento existente, face à procura global expectável num horizonte de curto/médio prazo, e a opção estratégica nacional de reposicionamento internacional de Portugal enquanto país Atlântico na Europa, nas suas múltiplas vertentes.

Enquanto conceito teórico, um Centro de Mar assume-se como um centro dinamizador de atividades económicas ligadas ao mar da região em que se insere, constituindo-se como núcleo de afirmação estratégica da região promotora e elemento configurante e impulsionador do desenvolvimento de atividades económicas e como um elemento transversal e estruturante.



Enquanto conceito teórico, um Centro de Mar assume-se como um centro dinamizador de atividades económicas ligadas ao mar da região em que se insere, constituindo-se como núcleo de afirmação estratégica da região promotora e elemento configurante e impulsionador do desenvolvimento de atividades económicas (impulsionadas nomeadamente pelo Turismo, os Desportos Náuticos e a Náutica de Recreio) e como um elemento transversal e estruturante. Poderá e deverá ter outras atividades complementares, dependendo do caso específico de cada região, organizadas numa lógica de *cluster*, em que cada atividade tem a sua função sinergética e potenciadora de um todo otimizado em termos de valor acrescentado.

Os Centros de Mar são, assim, polos modulares, multipolares e multifuncionais, capazes de, a partir de um núcleo dinamizador central, promover o desenvolvimento de atividades complementares, turísticas ou não diretamente associadas ao turismo, mas que provoquem o desenvolvimento económico nos locais de implantação destes Centros de Mar, com efeitos multiplicadores a nível local, mas também regional ou mesmo nacional.

Trata-se da criação de um polo agregador de realidades dispersas, muitas vezes já existentes na região, potenciando a criação de

outras competências que completem um quadro de ação coerente e sustentável com o objetivo de reorientação efetiva e ativa do posicionamento global da região, contribuindo para a sua ligação à identidade marítima nacional e servindo de apoio e reforçando a criação de uma marca distintiva ligada à costa atlântica, a qual é claramente identificadora e diferenciadora do país no quadro internacional.

Inserindo-se Portugal no Espaço Atlântico, este constitui-se, para o país, como um espaço natural de afirmação em contexto alargado, devendo o posicionamento neste quadro adquirir um papel central no reposicionamento do país e na requalificação dos seus recursos, permitindo a constituição de núcleos de desenvolvimento organizados em rede com os restantes pontos do Espaço Atlântico, complementando-os e abrindo novas oportunidades de cooperação e desenvolvimento.

ESTAÇÕES NÁUTICAS: UMA PROPOSTA INSTRUMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo de uma Estação Náutica é apresentar, com a máxima qualidade, um conjunto de serviços, atividades e produtos que atendam às necessidades de todos os públicos, particularmente os nautas/praticantes de desportos náuticos.



Dentro desta lógica de criar instrumentos e produtos que possam desenvolver os fatores de crescimento é também de louvar a iniciativa desenvolvida, no âmbito da associação Fórum Oceano e com o patrocínio político do Ministério do Mar, de lançamento e organização das denominadas Estações Náuticas. É um exemplo do que pode e deve ser feito.

Este conceito de Estação Náutica já existe há algumas décadas, estando estabelecido e testado em múltiplos territórios, desde o Canadá a França e Espanha, por exemplo, tendo sido entretanto constituída uma federação europeia de Estações Náuticas.

No mesmo espírito de polo agregador e dinamizador dos Centros de Mar, trata-se da constituição de parcerias locais de animação e desenvolvimento sustentável, contribuindo para o desenvolvimento económico, social e cultural das localidades onde se formam, mas aqui focadas nas atividades náuticas para fins desportivos e turísticos, e não na consideração de outros clusters que podem ser organizados e articulados com estas num conceito mais abrangente que cabe na constituição de Centros de Mar.

Como no caso dos Centros de Mar, o objetivo de uma Estação Náutica é apresentar, com a máxima qualidade, um conjunto de serviços, atividades e produtos que atendam às necessidades de todos os públicos, mas referenciando-se aqui específica e exclusivamente aos nautas e praticantes de desportos náuticos.

Na base da organização de uma Estação Náutica, tal como definido no seu conceito estrutural, está a convergência de dois interesses: o dos organizadores e fornecedores diretos de atividades e produtos náuticos e o das autoridades locais. A esses atores estão associados outros grupos, como as autoridades de Turismo, que desempenham um papel importante em muitas Estações.

Todas as estações náuticas criam uma dinâmica de desenvolvimento visando a excelência da organização local da náutica, oferecendo uma abordagem ecossistémica de desenvolvimento da economia náutica, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento económico, social e ambiental do território; um permanente e fácil acesso a uma oferta náutica múltipla e permanente; comunicação, promoção e marketing organizados; animação diversificada do território; serviços e infraestruturas adaptados; aumento da qualidade e diversidade dos serviços oferecidos aos nautas, respondendo de forma integrada às suas necessidades e interesses.

A Estação Náutica constitui, assim, uma rede de oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes num território, que inclui a oferta de atividades náuticas, alojamento, restauração e outras atividades

e serviços relevantes para a atração de turistas e outros utilizadores, acrescentando valor e criando experiências diversificadas e integradas.



Resumidamente, a Estação Náutica é uma rede de oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes num território, que inclui a oferta de atividades náuticas, alojamento, restauração e outras atividades e serviços relevantes para a atração de turistas e outros utilizadores cuja motivação principal de visita seja a prática de atividades e desportos náuticos, acrescentando valor e criando experiências diversificadas e integradas.

A Estação Náutica apresenta-se assim como uma plataforma de cooperação entre atores identificados com um território e que asseguram a oferta de um produto turístico. As vantagens de constituir uma Estação Náutica passam pela diversificação da oferta turística; do combate à sazonalidade; do aumento do gasto por visitante; de uma imagem de referência e qualidade; da promoção conjunta de produtos turísticos a nível internacional e oferta de experiências diversificadas.

A experiência demonstra que a qualidade dos serviços a prestar e exigidos por cada Estação Náutica aos seus parceiros locais contribui para qualificar e diversificar a oferta existente e promove a inovação organizacional e do modelo de gestão da rede de polos de atividade ligados ao turismo, e que se constituirá, assim, num verdadeiro projeto configurante do desenvolvimento económico e social da região promotora, pelos efeitos multiplicadores, não só na área de implantação (desde logo os relacionados com a instalação da estrutura física do núcleo central), mas também, e sobretudo, no desenvolvimento do tecido empresarial da região.

A estabilização do Sistema Financeiro em Portugal: um processo inacabado

A reestruturação e estabilização do sistema financeiro em Portugal são apresentadas, desde há vários anos, como um dos fatores que podem levar a mudar a notação (*turning point*) de rating nacional.

Este é um processo que está em evolução considerada positiva, mas que ainda sofre de grandes constrangimentos, sobretudo no que respeita à qualidade dos ativos e à capacidade de apoiar a economia e o crescimento económico.

Segundo a ESMA, no seu último relatório sobre a dívida

soberana portuguesa, Portugal tem demonstrado um esforço sério para recuperar a estabilidade do seu setor financeiro e fez progressos significativos, mas o processo de reestruturação e recapitalização do setor ainda está inacabado.



Segundo a ARC Ratings¹, no seu último relatório sobre a dívida soberana portuguesa, Portugal tem demonstrado um esforço sério para recuperar a estabilidade do seu setor financeiro e fez progressos significativos, mas o processo de reestruturação e recapitalização do setor ainda está inacabado.

Nesse processo, muitas melhorias importantes foram alcançadas, nomeadamente, no rácio entre empréstimos e depósitos – que caiu para perto de 90%, no final de 2017, de mais de 150% em 2010 – e no rácio de solvabilidade Common Tier 1, que se situou em 13,9%, no final de 2017, aumentando 2,5 pp desde o final de 2016 e refletindo, essencialmente, os processos de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do Banco Comercial Português (BCP), do Novo Banco e da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG). Este rácio mais do que duplicou em relação ao nível de 2008 (6,6%) e está agora numa posição mais confortável quando comparado com alguns países de referência, conforme quadro abaixo onde são apresentados vários indicadores-chave.

Por outro lado, os níveis de ativos problemáticos (NPLs- non-performing loans) registaram melhorias significativas recentemente, mas ainda é o maior problema para ser resolvido. A concessão de crédito melhorou significativamente, tanto quantitativa como qualitativamente. A maturidade dos empréstimos

¹A ARC Ratings é uma agência de rating internacional, registada na ESMA (European Securities and Markets Authority) – a autoridade de regulação dos mercados na União Europeia – e é participada pela empresa portuguesa SaeR, sua cofundadora.

Quadro 1 : Comparação de Ráios Financeiros Chave

(Em Percentagem)	Portugal	Indonesia	Italia	Filipinas	Romenia	Africa do Sul	Espanha	Turquia
Regulatory Cap / RWA	15.2	23.0	15.3	14.4	19.0	16.8	15.5	17.2
Tier1 Cap / RWA	14.5	22.7	12.8	12.7	17.1	15.6	13.4	14.4
NPLs / Empréstimos Totais	13.3	2.6	16.4	1.6	8.0	2.8	4.5	2.9
NPLs Líquidos / Cap	61.1	5.0	69.6	3.1	21.1	13.7	17.9	3.2
ROA	0.3	2.4	0.3	1.3	1.4	1.7	0.5	2.1
ROE	3.4	15.8	4.7	13.6	12.9	19.6	6.8	19.5
Liquid Assets/Short Term Liabs	20.6	31.7	83.7	51.8	145.6	32.0	20.9	74.3
Net Open FX Position / Cap	-	1.6	1.3	7.9	-0.5	0.8	-	1.0

Nota: Dados do 4º Trimestre 2017, excepto para Italia (2Q2017), Romenia, Africa do Sul e Turquia

Fonte: IFS e Banco de Portugal.

A concessão de crédito melhorou significativamente.

A maturidade dos empréstimos concedidos pelo Governo Português ao Fundo de Resolução foi significativamente alargada, impedindo a necessidade de contribuições extraordinárias pelos bancos para este fundo.

A exposição do sistema a Angola foi reduzida. No entanto, apesar destas e outras melhorias, o sistema continua com várias áreas-chave de fragilidade e incerteza.



concedidos pelo Governo Português ao Fundo de Resolução foi significativamente alargada, impedindo a necessidade de contribuições extraordinárias pelos bancos para este fundo. A exposição do sistema a Angola foi reduzida.

No entanto, apesar destas e outras melhorias, o sistema continua com várias áreas-chave de fragilidade e incerteza.

Essas áreas de maior fragilidade são um reflexo de vários fatores, nomeadamente os seguintes:

- a recessão profunda e a recuperação lenta desde 2009, com o PIB real só recentemente a ganhar um novo impulso e a recuperar para níveis anteriores à crise (2018);
 - o legado de um nível muito elevado (embora decrescente) de empréstimos problemáticos (de acordo com a definição da EBA – reguladora europeia do sistema bancário – situaram-se em 13,3% no final de 2017, com as empresas não financeiras em 25,2%).
- Após anos de deterioração muito grave (os níveis anteriores à crise foram inferiores a 2% tanto para as empresas não financeiras como para os agregados familiares) estes indicadores melhoraram significativamente em 2017 (refletindo a melhoria económica e a gestão mais agressiva dos NPLs permitidos pelos processos de recapitalização dos bancos), recuando 4,6pp a partir do pico de meados de 2016 e quase 4pp a partir do final de 2016;
- a alavancagem muito elevada na economia – apesar da redução de mais de 50pp desde 2012, o nível de endividamento do

sector não financeiro continua a ser superior a 370% do PIB, o que constitui um impedimento importante ao crescimento; e

- o ambiente de baixas taxas de juros e os desafios do modelo de negócio bancário, com elevada pressão sobre a rentabilidade dos bancos.

Com um problema indiscutivelmente menor, em comparação, por exemplo, com a Espanha e a Irlanda, ao adotar uma abordagem mais gradual Portugal provocou que o processo de reestruturação do setor ainda esteja incompleto, apesar dos esforços e de um investimento governamental desde 2008 de quase 10% do PIB.

Com um problema indiscutivelmente menor, em comparação com a Espanha e a Irlanda, por exemplo, Portugal ao adotar uma abordagem mais gradual provocou que o processo de reestruturação do setor ainda esteja incompleto, apesar dos esforços e de um investimento governamental desde 2008 de quase 10% do PIB.



Para além desse facto, o processo sofreu várias vicissitudes, nomeadamente, e entre outras, as relacionadas com as resoluções do BES e do BANIF, as necessidades de recapitalização da CGD muito superiores às esperadas e o processo prolongado de venda do Novo Banco (deixando passivos contingentes muito significativos para o Fundo de Resolução, embora, pelo menos parcialmente, financiados a longo prazo pelo Governo).

Foram registadas perdas durante a maior parte da década (e na maioria dos casos apenas subsidiárias no exterior forneceram lucros, especialmente concentrados em Angola).

Em 2017 a maior parte do sector reportou lucros, mas a perda histórica do Novo Banco desfez o panorama geral e, além disso, o Fundo de Resolução teve que assumir quase 800 milhões de euros de compensação ao Novo Banco (uma compensação que reduziu a perda do Novo Banco, mas que o leva ao apoio do setor, através de contribuições ordinárias nos anos futuros).

2017 foi um ano determinante para o processo de reestruturação deste setor, nomeadamente pelo seguinte:

- a recapitalização CGD, concluída em março de 2017, incluindo uma injeção de capital de 2,5 mil milhões de euros; a conversão para capital de 0,9 mil milhões de euros de CoCos (Contingent Convertibles) já garantidos pelo Governo à CGD; a transferência de 0,5 mil milhões de euros de ações da holding pública ParCaixa; e a venda de dívida subordinada de 0,5 mil milhões de euros a investidores privados.

Subacente a este processo de recapitalização está o processo de reestruturação, que inclui uma reavaliação do valor dos ativos, a qual levou à constituição de mais de 3 mil milhões de euros de provisões e imparidades e ao registo de uma perda de 1,9 mil milhões de euros em 2016; e à implementação de uma

2017 foi um ano determinante para o processo de reestruturação deste setor nomeadamente pela recapitalização da CGD e BCP, aquisição do BPI pela Caixa Bank de Espanha e a venda e continuação da reestruturação do Novo Banco



importante reestruturação interna, através da redução da rede de agências e da força de trabalho para melhorar a sua eficiência e aumentar a rentabilidade, um esforço comum a outros bancos do sistema.

- o BCP, o segundo maior banco, conseguiu captar 1,5 mil milhões de euros de novo capital, o que lhe permitiu pagar, no início de fevereiro de 2017, os 700 milhões de euros das CoCos que ainda devia ao Estado e reforçar o rácio de capital do banco.
Além disso, o banco reforçou a sua base de accionistas de referência, com o grupo chinês Fosun e a petrolífera angolana Sonangol a deter quase 40% do banco.
- o BPI, o quinto maior banco, foi adquirido pelo Caixa Bank de Espanha, que tomou medidas para aumentar a integração entre os dois bancos e reduziu sua exposição ao BFA (a sua subsidiária angolana), conforme exigido pelo BCE.
- a venda e continuação da reestruturação do Novo Banco, com a Lone Star (uma empresa global de *private equity* baseada nos EUA) a adquirir uma participação de 75% no Novo Banco no quarto trimestre de 2017, em troca de mil milhões de euros para recapitalizar o banco.

Este processo incluiu um *swap* obrigacionista que permitiu ao Novo Banco reforçar os rácios de solvabilidade em 500 milhões de euros e o Fundo de Resolução reteve uma participação de 25% no banco, assumindo responsabilidades contingentes de até 3,9 mil milhões de euros, relacionadas com o desempenho de uma carteira de ativos problemáticos do Novo Banco.

O banco deu continuidade ao processo de reestruturação, com redução do quadro de pessoal e de agências e a reestruturação da carteira de crédito (o que levou ao registo de piores resultados em 2017 – perda de € 1,4 mil milhões, mesmo após a compensação de € 0,8 mil milhões dados pelo Fundo de Resolução, no âmbito do regime de responsabilidades contingentes acima referido).

Este processo de reestruturação do banco está longe de terminar, especialmente no nível da carteira de crédito, como mostra o índice de NPLs no final de 2017 (30,5%). No entanto, a perda significativa que o Fundo de Resolução realizou com a venda (o Fundo investiu inicialmente 4,9 mil milhões de euros no Novo Banco, aumentou este investimento em 0,8 mil

Este conjunto de fatores e medidas tomadas provocou uma melhoria geral dos indicadores do sistema e levou a uma melhoria da confiança dos investidores internacionais no setor bancário português, o que provocou um efeito e ciclo positivos apreciáveis.



milhões de euros em 2017 e poderá ter de investir até mais 3,1 mil milhões de euros) será gradualmente apoiado nas próximas décadas pelo sector bancário, através de contribuições regulares.

De notar que, embora não assuma nenhuma perda directa neste processo, o governo português assumiu o risco de um empréstimo de 3,9 mil milhões de euros, com impacto na dívida pública, que só é reembolsável em 2046, para apoiar o investimento inicial, e assumiu que aumentará este empréstimo se o Fundo de Resolução precisar investir mais no banco como parte da responsabilidade contingente assumida (o que teria um impacto de até 2% do PIB sobre a dívida do governo). De acordo com o Fundo de Resolução, poderá ser necessário recorrer a um empréstimo do Governo até 450 milhões de euros para apoiar o referido pagamento de 0,8 mil milhões de euros que terá de fazer ao Novo Banco. Esta eventual necessidade inicial está considerada no Programa de Estabilidade 2018–2022.

Este conjunto de fatores e medidas tomadas provocou uma melhoria geral dos indicadores do sistema e levou a uma melhoria da confiança dos investidores internacionais no setor bancário português, o que provocou um efeito e ciclo positivos apreciáveis.

No entanto, a redução do nível de crédito vencido deverá continuar a ser a principal prioridade / problema a ser resolvido.

Este é um processo que o governo tomou como prioridade, com reformas no sistema legal e judicial com o objetivo de melhorar a reestruturação, insolvência e processos de liquidação, reforço da supervisão prudencial para incentivar a redução dos ativos problemáticos e a promoção de condições para o desenvolvimento de um mercado secundário desses ativos problemáticos. Neste sentido, a CGD, o BCP e o Novo Banco anunciaram já em 2017 a criação de uma plataforma para a gestão integrada de NPLs.

A melhoria no contexto económico também terá um impacto positivo na evolução dos NPLs. A aplicação de um contexto regulatório mais exigente também é um desafio, mas não se espera que a aplicação da nova norma IFRS9 tenha um impacto significativo.

